

22 NOV 1988

Dívida dos Estados: ^{publicar} pode sair um acordo hoje.

O Congresso Nacional não tem poderes para reduzir as receitas da União, e é este o principal obstáculo à pretensão dos governadores, que querem reduzir de 25% para 10% o pagamento das dívidas estaduais e municipais avalizadas pela União. Essa redução provocaria uma perda de receita para os cofres do Tesouro equivalente a cerca de 1% do Produto Interno Bruto (PIB). Uma saída para este impasse poderá ser encontrada amanhã, durante a reunião dos governadores no Congresso, em Brasília.

A solução será proposta sob a forma de uma emenda ao texto da Lei Orçamentária de 89, que será apresentada pelo deputado Israel Pinheiro Filho (PMDB-MG). A emenda autoriza o Executivo a cortar recursos destinados a subsídios na proporção necessária para viabilizar a resolução dos pagamentos de Estados e Municípios, sem perdas para a União.

O acordo entre governadores e Congresso deverá estipular o pagamento de 15% das dívidas vencidas nos últimos dois anos e a vencer em 89. O percentual é um meio-termo entre os 25% estipulados no projeto de lei orçamentária enviada pelo Executivo ao Congresso e os 10% pretendidos pelos governadores. Segundo o relator-geral da comissão mista de orçamento e finanças do Congresso, senador Almir Gabriel (PMDB-PA), manter os 25% equivaleria a desorganizar financeiramente os Estados e Municípios.

Nas contas do senador, este percentual significaria elevar de Cz\$ 103 bilhões para Cz\$ 580 bilhões (em valores de junho) o pagamento anual devido por Estados e Municípios à União, de acordo com Almir Gabriel, este valor supera com folga os recursos adicionais que a reforma tributária assegura para Estados e Municípios.

A emenda do deputado Israel Pinheiro Filho deverá ser alterada no item que prevê em 89 o pagamento de apenas 10% daquelas dívidas. Mas deverá ser mantida onde prevê o refinanciamento das dívidas por um prazo de 12 anos, com cinco de carência, correção monetária plena e juros de 8% ao ano. O débito refinanciado será pago em 14 prestações semestrais e sucessivas, depois dos cinco anos de carência.

Aliado

O presidente da Câmara dos Deputados e do PMDB, Ulysses Guimarães, é aliado dos governadores na questão da rolagem das dívidas dos Estados e Municípios. Ontem, Ulysses Guimarães disse que "o Congresso tem autonomia para examinar o Orçamento". Segundo ele, se o Legislativo for favorável aos governadores "não se trata de confronto com o governo fe-

deral, mas decorrência da independência do Congresso".

Ulysses Guimarães informou também que a reunião com os governadores foi convocada para examinar a proposta de redução do pagamento das dívidas. Além do próprio Ulysses, estarão presentes ao encontro os membros da comissão mista de orçamento e finanças do Congresso. Segundo o presidente da Câmara, a reunião vai estudar "a executibilidade" da proposta dos governadores. A partir de então, o Congresso deverá tomar um decisão autônoma.

"Não sei se o governo federal estará disposto a aceitar um pagamento menor dos governos estaduais", disse Ulysses. Para mostrar a força do Legislativo, ele completou: "O Congresso tem liderança dentro do governo. Se resolvermos esta questão de comum acordo, tanto melhor".